

Rua Coronel Lucena, nº 744, Luiz Gonzaga de Carvalho, Ouro Branco/AL CEP 57525-000 - CNPJ nº 12.258.141.0001/98

LEI Nº 570 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ORÇAMENTO ANUAL DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025.

A Prefeita do Município de Ouro Branco, Estado de Alagoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- **Art. 1º -** Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do orçamento anual do Município de Ouro Branco para o exercício financeiro de 2025, nos termos das disposições constitucionais, compreendendo:
- I O Orçamento Fiscal referente aos Poderes Legislativo e Executivo, seus órgãos, entidades e fundos da administração direta e indireta.
- II O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos dela vinculados, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

CAPÍTULO II DO ORCAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I Da Estimativa da Receita

- Art. 2º. A Receita total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é no valor de R\$ 88.903.260,00 (Oitenta e Oito Milhões, Novecentos e Três Mil, Duzentos e Sessenta Reais).
- **Art. 3º.** A Receita decorrerá da arrecadação de tributos, contribuições e outras receitas correntes e de capital previstos na legislação vigente e estimadas com os seguintes desdobramentos:

Endereço: Rua Coronel Lucena, nº 744, Luiz Gonzaga de Carvalho, Ouro Branco - AL | Cep: 57525-000 Horário de Funcionamento: Segunda a Sexta das 07:30 às 13:30, exceto feriados e pontos facultativo decretado oficialmente









Rua Coronel Lucena, nº 744, Luiz Gonzaga de Carvalho, Ouro Branco/AL CEP 57525-000 - CNPJ nº 12.258.141.0001/98

RECEITAS CORRENTES	87.752.081,00			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.735.550,00			
Contribuições	2.935.500,00			
Receita Patrimonial	1.596.500,00			
Receita de Serviços	10.300,00			
Transferências Correntes	77.838.331,00			
Outras Receitas Correntes	30.900,00			
Receita Intra-Orçamentária	3.605.000,00			
RECEITAS DE CAPITAL	6.569.700,00			
Transferências de Capital	6.518.200,00			
Operação de Crédito	30.900,00			
Alienação de Bens	20.600,00			
RECEITA - RESUMO				
Receitas Correntes	87.752.081,00			
Receitas de Capital	6.569.700,00			
Dedução das Receitas	-5.418.521,00			
TOTAL	88.903.260,00			

Art. 4º. A Receita será realizada com base na arrecadação direta das transferências constitucionais, das transferências voluntárias e de outras rendas na forma da legislação em vigor, de acordo com os códigos, denominações e detalhamentos da Receita Pública, instituídos pelas Portarias do Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, que aprova o Manual de Procedimentos da Receita Pública.

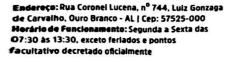
Seção II Da Fixação da Despesa

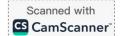
Art. 5º. A Despesa total fixada é no valor R\$ 88.903.260,00 (Oitenta e Oito Milhões, Novecentos e Três Mil, Duzentos e Sessenta Reais), desdobrada nos seguintes orçamentos:

I – Orçamento Fiscal: R\$ 65.253.690,00 II – Orçamento da Seguridade Social: R\$ 23.649.570,00

Art. 6º. A Despesa total fixada à conta dos recursos previstos neste capítulo, observado a programação anexa a esta Lei, apresenta o seguinte desdobramento:

Jak.









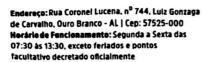
Rua Coronel Lucena, nº 744, Luiz Gonzaga de Carvalho, Ouro Branco/AL CEP 57525-000 - CNPJ nº 12.258.141.0001/98

CÂMARA MUNICIPAL	R\$	2.029.100,00
GABINETE DO PREFEITO	R\$	741.600,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RH	R\$	3.893.400,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	R\$	2.118.710,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R\$	42.032.460,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$	15.572.690,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$	2.610.670,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTEC	R\$	2.327.800,00
SECRETARIA MUN. DE OBRAS, TRANSPORTE, INFRA	R\$	8.494.410,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	R\$	1.855.940,00
INSTITUTO DE PREVIDENCIA - OURO PREV	R\$	6.107.900,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE REC HID	R\$	189.520,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	R\$	357.410,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	R\$	460.410,00
SECRETARIA MUNICIPAL CONTROLE INTERNO	R\$	111.240,00
TOTAL DAS DESPESAS	R\$	88.903.260,00

CAPÍTULO III DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS

- Art. 7º.- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar por anulação às dotações do orçamento municipal vigente que se tornarem insuficientes, no percentual de 35% (Trinta e Cinco por cento) das receitas previstas para o exercício de 2025, conforme aprovado na LDO, mediante decreto, nos seguintes termos:
- I Abrir créditos adicionais suplementares às dotações do orçamento para o exercício de 2025, utilizando o superávit financeiro até o limite do valor apurado por fonte em exercícios anteriores.
- II Abrir créditos adicionais suplementares às dotações do orçamento para o exercício de 2025, utilizando o excesso de arrecadação até o limite apurado por fonte de recursos do exercício;
- III Fica o Poder Executivo autorizado a promover a inclusão de categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos em projeto, atividade ou operação especial constantes da lei orçamentária e de seus créditos adicionais mediante a abertura de crédito suplementar e incluir novos elementos de despesa ao orçamento, conforme a necessidade, em atendimento ao MCASP do Governo Federal;
- IV Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar Operações de Crédito, inclusive por antecipação da receita até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do total das Receitas Correntes previstas nesta Lei.

35/1









Rua Coronel Lucena, nº 744, Luiz Gonzaga de Carvalho, Ouro Branco/AL CEP 57525-000 - CNPJ nº 12.258.141.0001/98

Parágrafo Único – As movimentações efetuadas através das autorizações dos incisos I e II, não oneram o percentual determinado no Art. 7º.

Art. 8º - Em atendimento ao Art. 29-A da Constituição Federal, a diferença apurada entre o valor previsto para o orçamento do Poder Legislativo nesta Lei e o valor apurado no somatório das receitas que são base de cálculo, arrecadadas ao final de 2024, será ajustada caso o valor apurado seja valor maior que o previsto, suplementando os valores orçados conforme necessidade do Poder Legislativo e caso o valor apurado seja menor que o previsto, será este anulado e o valor ajustado em dotações do orçamento do Poder Executivo.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

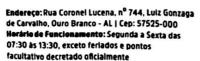
Art. 9º. Para ajustar o ritmo da execução orçamentária ao provável fluxo de recursos, o Poder Executivo estabelecerá a Programação Financeira de Desembolso dos diversos órgãos, de modo a assegurar a liberação automática e oportuna dos recursos necessários à execução orçamentária e financeira anual.

Parágrafo Único. Os compromissos financeiros só poderão ser assumidos pelos órgãos orçamentários dentro dos limites da Programação Financeira de Desembolso.

- **Art. 10**. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar os procedimentos que se fizerem necessários, observadas as normas legais pertinentes, para dinamizar e operacionalizar a execução da Lei Orçamentária durante o exercício financeiro de 2025.
- **Art. 11**. Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar as receitas e despesas dos Órgãos e Entidades da Administração Pública conforme as alterações na sua organização, atribuições e funcionamento.
- **Art. 12**. Fica o Poder Executivo autorizado a alterar e/ou reordenar a estrutura organizacional desta Lei Orçamentária Anual, para atendimento a Legislação Federal, Estadual, bem como o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

Parágrafo Único. – Todas as alterações que se fizerem necessárias ao atendimento deste artigo, ficam automaticamente ajustadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 e no Plano Plurianual 2022-2025.

Total .









Rua Coronel Lucena, nº 744, Luiz Gonzaga de Carvalho, Ouro Branco/AL CEP 57525-000 – CNPJ nº 12.258.141.0001/98

Art. 13. Os saldos de recursos ordinários e os superávits financeiros apurados no final do exercício de 2024 nas contas das unidades orçamentárias dos órgãos e Poderes do Município, apurados em balanço, devem ser devolvidos ao Tesouro.

Parágrafo Único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos fundos que têm suas receitas legalmente vinculadas a determinadas finalidades.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ouro Branco/AL, 27 de novembro de 2024.

TÁCIA DENYSE DE SIQUEIRA NOBRE Prefeita

> Esta Lei foi publicada em 04 de Dezembro de 2024 no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas - ANO XII | Nº 2442.

	Alagoas,	04 de Dezembro de 2024	 Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas ANO XII Nº 2442
Requeren	nte/Impugnante		
	/	/	

Publicado por: Marcelo Henrique da Silva Código Identificador:72D64CEB

ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

GABINETE DO PREFEITO LEI Nº 570 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ORÇAMENTO ANUAL DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025.

A Prefeita do Município de Ouro Branco, Estado de Alagoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- **Art. 1º** Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do orçamento anual do Município de Ouro Branco para o exercício financeiro de 2025, nos termos das disposições constitucionais, compreendendo:
- I O Orçamento Fiscal referente aos Poderes Legislativo e Executivo, seus órgãos, entidades e fundos da administração direta e indireta.
- II-O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órg \tilde{a} os dela vinculados, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

CAPÍTULO II DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Belém - AL

Da Estimativa da Receita

- Art. 2°. A Receita total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é no valor de R\$ 88.903.260,00 (Oitenta e Oito Milhões, Novecentos e Três Mil, Duzentos e Sessenta Reais).
- **Art. 3º.** A Receita decorrerá da arrecadação de tributos, contribuições e outras receitas correntes e de capital previstos na legislação vigente e estimadas com os seguintes desdobramentos:

RECEITAS CORRENTES	87.752.081,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.735.550,00
Contribuições	2.935.500,00
Receita Patrimonial	1.596.500,00
Receita de Serviços	10.300,00
Transferências Correntes	77.838.331,00
Outras Receitas Correntes	30.900,00
Receita Intra-Orçamentária	3.605.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	6.569.700,00
Transferências de Capital	6.518.200,00
Operação de Crédito	30.900,00
Alienação de Bens	20.600,00
RECEITA - RESUMO	
Receitas Correntes	87.752.081,00
Receitas de Capital	6.569.700,00
Dedução das Receitas	-5.418.521,00
TOTAL	88.903.260,00

Art. 4º. A Receita será realizada com base na arrecadação direta das transferências constitucionais, das transferências voluntárias e de outras rendas na forma da legislação em vigor, de acordo com os códigos, denominações e detalhamentos da Receita Pública, instituídos pelas Portarias do Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, que aprova o Manual de Procedimentos da Receita Pública.

Secão II

Da Fixação da Despesa

- **Art. 5**°. A Despesa total fixada é no valor R\$ 88.903.260,00 (Oitenta e Oito Milhões, Novecentos e Três Mil, Duzentos e Sessenta Reais), desdobrada nos seguintes orçamentos:
- I Orçamento Fiscal: R\$ 65.253.690,00
- II Orçamento da Seguridade Social: R\$ 23.649.570,00

Art. 6°. A Despesa total fixada à conta dos recursos previstos neste capítulo, observado a programação anexa a esta Lei, apresenta o seguinte desdobramento:

CÂMARA MUNICIPAL R\$ 2.029.100,00

GABINETE DO PREFEITO R\$ 741.600.00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RH R\$ 3.893.400,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS R\$ 2.118.710,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO R\$ 42.032.460,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 15.572.690,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL R\$ 2.610.670,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTEC R\$ 2.327.800,00

SECRETARIA MUN. DE OBRAS, TRANSPORTE, INFRA R\$ 8.494.410,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO R\$ 1.855.940,00

INSTITUTO DE PREVIDENCIA - OURO PREV R\$ 6.107.900,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE REC HID R\$ 189.520,00

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO R\$ 357.410,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO R\$ 460.410,00

SECRETARIA MUNICIPAL CONTROLE INTERNO R\$ 111.240,00

TOTAL DAS DESPESAS R\$ 88.903.260,00

CAPÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS

- Art. 7°.- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar por anulação às dotações do orçamento municipal vigente que se tornarem insuficientes, no percentual de 35% (Trinta e Cinco por cento) das receitas previstas para o exercício de 2025, conforme aprovado na LDO, mediante decreto, nos seguintes termos:
- I Abrir créditos adicionais suplementares às dotações do orçamento para o exercício de 2025, utilizando o superávit financeiro até o limite do valor apurado por fonte em exercícios anteriores.
- II Abrir créditos adicionais suplementares às dotações do orçamento para o exercício de 2025, utilizando o excesso de arrecadação até o limite apurado por fonte de recursos do exercício;
- III Fica o Poder Executivo autorizado a promover a inclusão de categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos em projeto, atividade ou operação especial constantes da lei orçamentária e de seus créditos adicionais mediante a abertura de crédito suplementar e incluir novos elementos de despesa ao orçamento, conforme a necessidade, em atendimento ao MCASP do Governo Federal;
- IV Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar Operações de Crédito, inclusive por antecipação da receita até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do total das Receitas Correntes previstas nesta Lei.

Parágrafo Único - As movimentações efetuadas através das autorizações dos incisos I e II, não oneram o percentual determinado no Art. 7º.

Art. 8º - Em atendimento ao Art. 29-A da Constituição Federal, a diferença apurada entre o valor previsto para o orçamento do Poder Legislativo nesta Lei e o valor apurado no somatório das receitas que são base de cálculo, arrecadadas ao final de 2024, será ajustada caso o valor apurado seja valor maior que o previsto, suplementando os valores orçados conforme necessidade do Poder Legislativo e caso o valor apurado seja menor que o previsto, será este anulado e o valor ajustado em dotações do orçamento do Poder Executivo.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º. Para ajustar o ritmo da execução orçamentária ao provável fluxo de recursos, o Poder Executivo estabelecerá a Programação Financeira de Desembolso dos diversos órgãos, de modo a assegurar a liberação automática e oportuna dos recursos necessários à execução orçamentária e financeira anual

Parágrafo Único. Os compromissos financeiros só poderão ser assumidos pelos órgãos orçamentários dentro dos limites da Programação Financeira de Desembolso.

- **Art. 10**. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar os procedimentos que se fizerem necessários, observadas as normas legais pertinentes, para dinamizar e operacionalizar a execução da Lei Orçamentária durante o exercício financeiro de 2025.
- Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar as receitas e despesas dos Órgãos e Entidades da Administração Pública conforme as alterações na sua organização, atribuições e funcionamento.
- Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a alterar e/ou reordenar a estrutura organizacional desta Lei Orçamentária Anual, para atendimento a Legislação Federal, Estadual, bem como o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

Parágrafo Único. – Todas as alterações que se fizerem necessárias ao atendimento deste artigo, ficam automaticamente ajustadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 e no Plano Plurianual 2022-2025.

Art. 13. Os saldos de recursos ordinários e os superávits financeiros apurados no final do exercício de 2024 nas contas das unidades orçamentárias dos órgãos e Poderes do Município, apurados em balanço, devem ser devolvidos ao Tesouro.

Parágrafo Único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos fundos que têm suas receitas legalmente vinculadas a determinadas finalidades.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

TÁCIA DENYSE DE SIQUEIRA NOBRE

Prefeita

Esta Lei foi registrada e publicada em 27 de novembro de 2024 na Secretaria Municipal de Administração e fixada no quadro de avisos desta Prefeitura.

JOSÉ RONALDO ARAÚJO DE SIQUEIRA

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:

Natanael Feitosa da Silva Junior **Código Identificador:** 181973FC

ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS EXTRATO DE APOSTILAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO

ESTADO DE ALAGOAS

EXTRATO DO 1º APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 130/2023 - PE Nº 02046/2022 - 2ª CHAMADA

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Rio Largo/AL. INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Educação FORNECEDOR REGISTRADO: B S COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 32.859.799/0001-62. OBJETO: 1º Apostilamento ao Contrato nº 130/2023, oriundo do Pregão Eletrônico nº 02046/2022 – 2ª chamada – Aquisição de Kits de Merenda Escolar. DOS ITENS DA REVISÃO DE PREÇOS:

ITEM	VALOR UNITÁRIO ANTERIOR	VALOR UNITÁRIO COM A REVISÃO DE PREÇOS				
01	R\$ 3,57	R\$ 5,17				
02	R\$ 4,56	R\$ 8,91				
03	R\$ 4,14	R\$ 5,41				
04	R\$ 4,10	R\$ 5,85				
05	R\$ 6,01	R\$ 8,19				
06	R\$ 4,84	R\$ 6,39				
07	R\$ 7,08	R\$ 10,03				
08	R\$ 1,69	R\$ 2,20				
09	R\$ 7,15	R\$ 9,56				
10	R\$ 3,94	R\$ 6,61				
11	R\$ 8,93	R\$ 10,25				
12	R\$ 3,90	R\$ 5,50				

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 17, Decreto Federal nº 7.892/13 c/c art. 65, inciso II, d, Lei Federal nº 8.666/93. CELEBRAÇÃO: 03/12/2024. Vigência: contados da data de assinatura do termo. Demais cláusulas permanecem inalteradas. A íntegra do 1º apostilamento poderá ser obtida na sede da Prefeitura Municipal de Rio Largo, junto a Gestora de Contratos. Rio Largo, 03 de dezembro 2024.

DERILÂNDIA KAROLINE MARQUES DA SILVA

Gestora de Contratos

Publicado por: Derilândia Karoline Marques da Silva Código Identificador:0A4D6322

SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE GOVERNO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2024

RESULTADO PROVISÓRIO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2024 EDITAL SOU RIOLARGUENSE, SOU CULTURA!

A Secretaria Municipal de Lazer, Cultura, Esporte e Turismo de Rio Largo, nos termos que determina o Edital de Chamamento Público 003/2024, torna público o resultado provisório do Edital Sou Riolarguense, Sou Cultura! conforme detalhamento abaixo.

São considerados aprovados os projetos que receberam nota final igual ou superior a 40 pontos.

São considerados reprovados os projetos que receberam nota final inferior a 40 pontos.

De acordo com o item 10, sub-item 10.6, deste edital, os optantes por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou com concorrerão ao mesmo tempo nas vagas de ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo de seleção.

PROJETOS SELECIONADOS AMPLA CONCORRÊNCIA

Nº	NOME	PROJETO	VAGA	NOTA	PONTO BÔNUS	NOTA FINAL	RESULTADO
1°	Alisson Fernandes dos Santos	Ilê Egbé Àfásóké	PN	59	0,5	59,5	SELECIONAD0
2°	Associação Comunitária Amigos em Ação	Associação Comunitária Amigos em Ação	AC	58	0,5	58,5	SELECIONADA
3°	José Sandro Vieira da Silva	SV Art's	AC	58		58	SELECIONADO

VAGAS COTAS

Nº			VAGA	NOTA	PONTO BÔNUS	NOTA FINAL	RESULTADO
1°	Wellington Sidney Carmos dos Santos	Espaço Camugerê	PN / PCD	50		58	SELECIONAD0
2°		Quadrilha Junina Flor de Mandacaru	PN	47	0,5	47,5	SELECIONADA

SUPLENTES